

DIÁLOGOS ENTRE OS SABERES E A (RE)APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: REFLEXÕES SOBRE NATUREZA E SOCIEDADE E AS CONTRIBUIÇÕES DOS ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS NO BRASIL

Geraldo Milioli¹

Joélia Walter Sizenando Balthazar²

Caroline Vieira Ruschel³

Izes Regina de Oliveira⁴

Milla Lúcia Ferreira Guimarães⁵

Thoy Mondardo Damiani Becker⁶

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/comuns18>

SUMÁRIO

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA e Coordenador do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente - LabSDMA da Universidade Extremo Sul Catarinense - UNESC. gmi@unesc.net

2 Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA. Membro do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente - LabSDMA da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. joeliawsb@gmail.com

3 Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA e membro do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente - LabSDMA da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. caroline.ruschel@gmail.com

4 Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA e Membro do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente - LabSDMA da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. izesdeoliveira@hotmail.com

5 Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA e membro do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente - LabSDMA da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. mlg@unesc.net

6 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA e membro do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente - LabSDMA da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. bio@hotmail.com

Introdução

A relação entre o homem e a natureza, no decorrer da história, deixou de ser uma relação de uso racional e passou a ser conflitante à medida que a humanidade começa a intervir na natureza para satisfazer as suas necessidades cada vez mais crescentes, principalmente com o advento do capitalismo. Algumas iniciativas envolvendo a preocupação com a preservação do meio natural começam a surgir, sendo que, no final do século XIX, Ernst Haeckel (1869), propõe o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e o seu ambiente. Outro fator histórico importante foi a criação do primeiro parque nacional do mundo, “Yellowstone”, em 1872, nos Estados Unidos. No Brasil, a criação do primeiro parque nacional ocorreu em 1939. No entanto, essas iniciativas, embora importantes, eram pouco expressivas diante das grandes transformações que ocorriam no espaço geográfico. As tensões e os conflitos começam a ser constantes e, a partir da segunda metade do século XX, passa a emergir as discussões em várias esferas da sociedade sobre a degradação do meio natural e, conseqüentemente, a preocupação com a preservação dos patrimônios culturais e imateriais. O uso sem controle e exaustivo desses recursos e o desrespeito às culturas locais em nome de uma sociedade globalizada e do consumo, colocaram a conservação da natureza, bem como o uso dos recursos naturais e a preservação do patrimônio cultural e imaterial, como tema central das discussões e dos debates públicos.

A pesquisa em tela parte do princípio da complexidade das inter-relações resultantes entre população, comunidade e ecossistema, que é invariavelmente sentida quando observamos um determinado território. O Ecomuseu é reconhecido como importante forma de governança de um território e é considerado um sistema complexo; é reconhecido, também, o valor da biodiversidade e dos ecossistemas, as suas características, as suas realidades ecológicas e são construídas as suas memórias, sua cultura, seus valores e sua história. A criação do Ecomuseu se relaciona como meio de se resgatar o empoderamento comunitário.

A metodologia utilizada é qualitativa, apurando uma revisão de literatura baseada no pensamento sistêmico em Morin (1984) e na racionalidade ambiental de Leff (1986). A relevância social do presente estudo tem ênfase no reconhecimento do Ecomuseu de território como modelo de governança participativa e de (re)apropriação do espaço; Buscou-se, por meio da ecologia e da racionalidade ambiental, investigar se a governança participativa é um caminho possível para a sustentabilidade na praxe de fatores sócio-ambientais que o envolve. Atualmente, o discurso da sustentabilidade é comum e, teoricamente, complexo no mundo político e no mundo das ciências, o que reprime, inúmeras vezes, as discussões e/ou as ideias, que são fundamentais; dessa forma, são incertos os caminhos que antecedem à sustentabilidade. A relevância científica desse estudo está relacionada, diretamente, à discussão teórico-metodológica de governança participativa e de (re)apropriação do espaço, considerando o modelo de Ecomuseu de território, à luz da ecologia e da racionalidade ambiental.

Natureza-sociedade: contribuições da ecologia social

A ideia de natureza vem se reestruturando ao longo da evolução das ciências naturais e sociais. Assim, as conceituações produzidas sobre o termo natureza apresentam diferenças muito expressivas, que acabam por redefinir constantemente enquanto objeto de conhecimento, percorrendo caminhos que vão desde a geografia, a ecologia, a biologia e as mais diversas áreas de conhecimento. Os obstáculos surgem quando se pretende determinar se a natureza é ou deve ser objeto do seu estudo, se ela é a estrutura da vida social ou, ao contrário, uma categoria separada do social.

Buscando compreender a Ecologia enquanto ciência, é necessário reportar-se ao final do século XIX, em que destacam-se entre os precursores mais próximos, Humboldt, geógrafo, cujo ensaio sobre a geografia das plantas foi considerado o primeiro sistema de classificação das formas biológicas e contribuiu para a posterior ampliação do espaço de observação científica à es-

cala planetária, como Darwin, a quem se deve a introdução de uma concepção dinâmica e evolutiva do tempo. O termo Ecologia começou a ser utilizado por Haeckel, em 1866, na sua “Morfologia geral do indivíduo”, explicando, então, que a *ökologie* tinha por objeto descrever a teia de relações complexas que ligam os seres vivos ao ambiente que os rodeia, compreendendo, em sentido mais amplo, o que Darwin chamara todas as “condições de existência”. A esse respeito, Haeckel (1891, p. 1) escreveu:

Por ecologia, nós queremos dizer o corpo de conhecimentos relativo à economia da natureza – a investigação de todas as relações do animal, tanto com seu ambiente orgânico quanto com seu ambiente inorgânico, incluindo acima de tudo suas relações amigáveis e não amigáveis com aqueles animais e plantas com os quais ele entra em contato direto ou indireto –; em outras palavras, Ecologia é o estudo de todas as complexas relações referidas por Darwin como as condições da luta pela existência.

Já a Ecologia Social é um conceito criado pelo geógrafo Elisée Reclus, ao fim do século XIX e reapropriado pelo filósofo Murray Bookchin nos anos de 1960. A teoria sustenta a ideia de que os problemas ecológicos atuais estão arraigados e profundamente assentados em problemas sociais, particularmente no domínio dos sistemas políticos e sociais hierarquizados. Esses resultaram de uma aceitação não crítica de uma filosofia hipercompetitiva do crescer ou morrer. Sugere, também, que não é possível fazer frente a tais problemas através de ações individuais como o consumismo ético, mas precisa estar relacionado às formas de pensamentos éticos mais profundas e atividades coletivas fundamentadas em ideais democráticas radicais (libertários). A complexidade das relações entre as pessoas e a natureza é enfatizada com a importância de se estabelecer estruturas sociais que possam levar em conta tais relações.

Se a intervenção humana no meio natural é criadora ou destrutiva, é problema que devemos enfrentar em toda a reflexão sobre a nossa interação com a natureza. Se as potencialidades humanas de autodireção consciente da

natureza são enormes, devemos, contudo, segundo Bookchin (1990), recordar que somos hoje ainda menos que humanos.

A ecologia social, idealizada e defendida por Bookchin (1990), sugere também que não é possível fazer frente a tais problemas de forma realmente efetiva apenas por meio de ações individuais como, por exemplo, o consumismo ético, mas sim por meio de atividades coletivas fundamentadas em ideais democráticos e libertários radicais. A complexidade das relações entre os seres humanos e a natureza é enfatizada pela ecologia social juntamente com a importância de se estabelecer estruturas sociais que possam levar em conta tais relações. Se a natureza é fonte de liberdade, participação, solidariedade e apoio mútuo, então as estruturas sociais que organizam as sociedades humanas também assim poderiam ser.

Diálogos entre saberes sobre a (re)apropriação do espaço

O saber ambiental surge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual; ele não é “[...] a busca de um paradigma globalizante do conhecimento, a organização sistêmica do saber e a uniformização conceitual por meio de uma metalinguagem interdisciplinar” (LEFF, 2002, p. 163). Assim, além do propósito de formular uma metodologia geral para o desenvolvimento do conhecimento, ele problematiza o conhecimento sem retirar de cada ciência as suas especificidades.

Leff (2002), destaca que a produção científica se inscreve nessas condições ideológicas, não só porque o cientista, como sujeito da ciência, é, desde sempre, um sujeito ideológico, mas também porque as suas práticas de produção de conhecimento estão estreitamente vinculadas às ideologias teóricas e modeladas no tecido do saber em que emergem as ciências e em que se debatem, permanentemente, um processo interminável de emancipação, de produção e de especificação de seus conhecimentos.

A reflexão em torno dos problemas do conhecimento que apresenta a questão ambiental, foi orientada para a incorporação de um saber ambiental emergente nos paradigmas “normais” de conhecimento (das disciplinas científicas estabelecidas), buscando, com isso, estabelecer bases para uma gestão racional do ambiente (LEFF, 1986). Segundo o autor, o desenvolvimento de uma racionalidade ambiental, baseada em uma nova ética e em princípios de uma vida democrática, com valores e identidades culturais que sejam capazes de mobilizar e de reorganizar a sociedade como um todo, em busca da transformação das estruturas do poder e de um efetivo desenvolvimento sustentável. O autor explica que “[...] os princípios de racionalidade ambiental reorientam as políticas científicas e tecnológicas para o aproveitamento sustentável dos recursos, visando a construção de um novo paradigma produtivo e de estilos alternativos de desenvolvimento” (LEFF, 2009, p. 30).

Leff (2002) idealiza a necessidade de construção de um novo saber, o saber ambiental, baseado na racionalidade ambiental, na complexidade ambiental, no diálogo entre os saberes e na articulação entre as ciências, que confronte o isolamento e a desintegração das ciências, das metodologias estabelecidas e das verdades absolutas. Esse não combinaria, pura e simplesmente, todos os conhecimentos já consolidados, mas, sim, adicionaria suas diferenças e diversidades. Um saber multifacetado, centrado na natureza, “[...] se transformaria no lócus de encontro da diversidade e da diferença, e não da confluência de diversos campos do saber (ciências) que se reúnem para realizar o entendimento de uma problemática comum” (LEFF, 2004, p.11). De acordo com Leff (2002), o *Saber Ambiental* pressupõe a integração inter e transdisciplinar do conhecimento para explicar a complexidade de sistemas socioambientais, para problematizar o conhecimento fragmentado e o desenvolvimento e para construir um campo. A interdisciplinaridade, defendida por Leff (2002), é orientada por um caráter holístico e integrador do desenvolvimento, sem esquecer-se dos processos constituintes desse último.

O somatório das diferenças e das diversidades do Saber Ambiental se aproximam da Ecologia Social, já que, segundo Leff (2004), o Saber Ambiental coloca-se fora da ideia do uno, do absoluto e do todo: do logocentrismo das

ciências e até do saber holístico e das visões sistêmicas que buscam a integração e a retotalização do conhecimento num projeto interdisciplinar. E, já que, de acordo com Silva (2007), a totalidade da Ecologia Social não se apresenta como uma homogeneidade imutável, mas, sim, como uma dinâmica da diversidade, compreendendo as variadas estruturas, articulações e medições que dão ao todo uma rica variedade de formas. A Ecologia Social e o Saber Ambiental parecem tentar buscar soluções para a externalização do meio ambiente pela humanidade e para os conflitos socioambientais advindos por meio de “[...] uma nova racionalidade, onde estariam incorporados os princípios da democracia ambiental e da equidade social, econômica e cultural” (LEFF, 2004, p. 12). Como resultado, Bookchin (1990, p. 3), por sua vez, aponta para a formação de uma “[...] sociedade libertária, ecologicamente orientada (uma sociedade que desenvolva um novo equilíbrio com a natureza)”.

Leff (2002) acredita que essa nova racionalidade ambiental vai além da alternativa dos economistas ambientais (neoclássicos), para quem os problemas ambientais se resolvem pela valoração da natureza. O autor é crítico do ecologismo quando considera que a economia é guiada segundo os princípios da ecologia. Ele fala da socialização da natureza e de um manejo comunitário dos recursos baseados em princípios de diversidade ecológica e cultural.

A produção e a economia devem ser redimensionadas dentro de uma nova racionalidade. Para isso, será necessário repensar os conceitos marxistas de relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Isso implica deslocar a teoria econômica fundada na produtividade do capital, no trabalho e na tecnologia, até um novo paradigma baseado na produtividade lógica e cultural, em uma produtividade sistêmica que integre o domínio da natureza e o universo de sujeitos culturais dentro das perspectivas abertas pela complexidade ambiental. (LEFF, 2006, p. 68).

A socialização da natureza e a reapropriação do ambiente levam a pensar em uma ordem na qual a propriedade privada e o mercado sejam marginais ou, pelo menos, governados por outras leis sociais.

A reapropriação da natureza é uma ressignificação da natureza nas sendas da vida abertas pela existência. Implica um pensamento, mas também tomar a palavra para renomear, ressignificar e dar novos sentidos a vida cultural em sua conexão com a ordem natural. (LEFF, 2006, p. 316).

O autor também considera que “[...] a natureza é incorporada por diferentes linguagens e culturas, através de relações simbólicas contendo visões, razões, sentimentos, sentidos e interesses que se confrontam na seara política pela (re)apropriação material e simbólica da natureza” (LEFF, 2006, p. 318), essa ressignificação abriria, assim, um canal para o (re)encantamento do mundo que reconfigura a dimensão ética da existência e se traduz em práticas não hegemônicas de apropriação do meio ambiente.

No decorrer da história, o homem foi rompendo seus laços com a natureza, tanto para desvincular-se da sua própria natureza interna quanto daquela que o cerca. Esse distanciamento de si mesmo e de seu entorno têm provocado o desequilíbrio entre o homem e a natureza. As consequências dessa ruptura ainda desafiam o homem contemporâneo a repensar o seu modo de vida. Faz-se necessário uma reflexão profunda já que a construção de uma base filosófica da sustentabilidade é um dos temas mais polêmicos na sociedade contemporânea. Apresentado ao mundo pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1988, o conceito de sustentabilidade foi assim descrito: “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46); observamos que o objetivo da Comissão Brundtland, ao divulgar esse conceito, foi propor uma agenda global com o propósito de conduzir a humanidade frente aos principais problemas ambien-

tais do planeta e ao progresso, sem comprometer os recursos para as futuras gerações.

Importante lembrar que a natureza não deve ser observada somente sob o aspecto econômico e como um bem de consumo. Essa relação de consumo evoluiu no decorrer dos tempos, mas, a busca por uma racionalidade para atingir a sustentabilidade ainda é necessária. Para Leff (2004, p. 15),

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

Precisamos mais que perceber, mas internalizar a verdadeira importância do equilíbrio entre a relação de consumo e o meio ambiente, para a que as futuras gerações possam usufruir do mesmo, pois é um direito deles e um dever nosso de proporcionar um meio ambiente saudável.

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Este mecanismo ideológico não significa apenas uma volta de parafuso a mais da racionalidade econômica, mas opera uma volta e um torcimento da razão; seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos de livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social. (LEFF, 2004, p. 27).

Capra (1998) já percebia, nas últimas décadas do século XX, a profunda crise mundial. Segundo o autor, uma crise que afetaria todos os aspectos

da vida humana – saúde, relações sociais, economia, tecnologia, direito e política. Uma crise de dimensões espirituais, intelectuais e morais em tal escala que, pela primeira vez na história, a humanidade estaria sendo obrigada a se defrontar com a real ameaça de sua extinção e de toda a vida no planeta. Essa crise levará o homem a repensar seu posicionamento perante o planeta, obrigando-o a discutir sua real dimensão de responsabilidade perante tudo o que existe e a responsabilizar-se diante daqueles que ainda nem existem. O autor reconhece a complexidade de se tentar fixar uma linha mestra, um conteúdo para a sustentabilidade; ele afirma tratar-se de uma função complexa, sendo resultado de, pelo menos, cinco variáveis: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade que se inter-relacionam de modo a exigir um olhar multidimensional.

Essa nova compreensão da vida encontra-se alinhada com uma perspectiva que propõe abandonar o paradigma mecanicista de olhar o mundo para uma visão ecológica do mundo. Considerando os fundamentos conceituais e históricos do pensamento sistêmico, dos modelos e teorias sobre os sistemas vivos desenvolvidos na modernidade, Capra (1998), apresenta o esboço de uma teoria emergente sobre os organismos, buscando oferecer uma visão unificada de mente, de matéria e de vida. Ele apresenta, a partir desses estudos, uma teoria intitulada de ecologia profunda, apresentando uma nova compreensão científica da vida em sentido amplo, abrangendo organismos, sistemas sociais e ecossistemas. Ele sugere o desenho de um amplo contexto social e cultural nessa nova concepção de vida. Na concepção do autor, a crise de percepção revela-se nas formas de exteriorização das preocupações com o meio ambiente, no enfrentamento dos problemas globais referentes aos danos à biosfera e, conseqüentemente, à vida humana. O autor também propõe um estudo sistêmico dos problemas atuais devido ao grau de conexão e de interdependência que apresentam.

Segundo Capra (1998), há soluções, mas que exigem uma mudança radical das percepções, dos pensamentos e dos valores humanos. O autor também registra seu desapontamento quando observa que essa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade ainda não compõe a

agenda dos Estados, das corporações, das lideranças políticas, dos administradores e até mesmo dos catedráticos das grandes universidades. Capra (1998) sugere ainda que, do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as soluções “sustentáveis”. O desafio que se impõe é criar comunidades sustentáveis, ambientes sociais e culturais em que se possa satisfazer as necessidades e aspirações da população atual sem diminuir as chances das gerações futuras.

Leff (2008), também assinala que as mudanças necessárias para a transição ao desenvolvimento sustentável decorrerão de pactos sociais, da adoção de uma estratégia política complexa, orientada pela gestão democrática do desenvolvimento sustentável, implementadas pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento da sociedade civil e de suas organizações.

A nova museologia e a museologia social

A década de 60 marcou a história nas mais diferentes esferas das sociedades latino-americanas, assim como na Europa e na América do Norte. As transformações na estrutura societal e as relações com o meio ambiente, bem como o uso sem limites de recursos naturais, motivados pela industrialização, trouxe perdas para o patrimônio cultural e ambiental, gerando conflitos e impulsionando o surgimento de movimentos sociais, reivindicando, denunciando e cobrando mudanças.

Reflexões críticas sobre as funções dos museus começaram a surgir na Europa, na América do Norte e na América Latina. A busca por novas linguagens e expressões artísticas pulsava no meio museal e, destoando dos padrões tradicionais, buscava espaços alternativos. No final dos anos 60, surgia uma proposta inovadora nos Estados Unidos, coordenada pelo museólogo afro-americano John Kinard: O Museu de vizinhança de Anacostia, situado em Washington DC. Aberto ao público em 1967, ele tinha como objetivo abordar os problemas relacionados ao meio ambiente urbano, ao resgate da

memória e à identidade das comunidades e dos temas africanos, bem como da situação social dos negros.

Em 1971, a IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Grenoble, França, discutia O Museu a Serviço do Homem, Atualidade e Futuro - O Papel Educativo e Cultural. No ano seguinte, realizava-se em Santiago, no Chile, uma mesa-redonda para a reflexão do papel dos museus na América Latina; o encontro reuniu um grupo de profissionais de museus para conhecer, refletir e apresentar propostas relevantes para o cenário museológico e propor ideias. De acordo com Hugues de Varine-Bohan (2012), houve uma tomada de consciência por parte dos profissionais ali presentes, de que não conheciam as cidades onde habitavam e trabalhavam. Nos anos 80, com a sistematização dos princípios da chamada Nova Museologia, as experiências mundiais vão se expandindo, principalmente na França, em Portugal, no Canadá, na Noruega e na África. Na América Latina, motivados pela OEA e pela UNESCO, surgem os Museus Didático-Comunitários na Nicarágua, no Equador, na Costa Rica, na Colômbia e no Brasil. A Declaração de Quebec adotada pelo I Ateliê Internacional Ecomuseu/ Nova Museologia em outubro de 1984, defendia uma série de princípios baseados em uma museologia ativa visando o desenvolvimento das populações. Invertendo a lógica de constituição das coleções, esse movimento trabalha, inicialmente, as questões afetivas, volitivas e cognitivas relacionadas com a memória presente para transportá-las ao passado em uma fase posterior. O público tem participação ativa, criadora e colaboradora.

Segundo Varine-Bohan (2012), o movimento da Nova Museologia tem como base dois princípios, sendo o primeiro um princípio político, que é a função social do museu, defendida em 1972 na Mesa-Redonda de Santiago do Chile; e o segundo princípio seria o empírico, que é a valorização dos saberes de todas as pessoas. Varine-Bohan (2012) destaca a dimensão prática, afirmando que essas duas dimensões precisam estar unidas a um projeto para, de fato, haver participação comunitária.

Em 1992, realiza-se em Caracas, Venezuela, o Seminário com a temática “A Missão do Museu na América Latina Hoje: novos desafios”. O evento

discutiu novamente o papel do museu como agente de desenvolvimento integral na região, passando a ser integrado às suas comunidades, realizando ações e processos que respeitem os contextos locais. Segundo Varine-Bohan (2012), a doutrina de Santiago, renovada pela Declaração de Caracas, ampliou-se até incorporar a utilização do patrimônio natural e cultural, mesmo fora do âmbito dos museus.

No ano de 2013, no Brasil, aconteceu a XXIII Conferência do Conselho Internacional de Museus e a XV Conferência Internacional da Nova Museologia. Delambre (2013), descreve o encontro como paradigmático porque se produziu o terceiro documento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), algo que só acontecera em 1972, em Santiago do Chile, e em 1984, em Quebec (Canadá).

Para Delambre (2013, p. 01),

No Brasil, principalmente, e em outros países, as discussões trazidas por esses novos segmentos museológicos, definitivamente, não estão restritas ao campo da museologia ou das áreas que trabalham diretamente com a memória. Essa discussão no campo da museologia reforça a tese que defendemos em outros textos: emerge uma aproximação e uma práxis profundamente multidimensional e pluriparticipativa, nas quais o mais importante não é a formação acadêmica do participante, senão sua e-fetiva e a-fetiva contribuição para construção dessa nova sociedade.

Para Figurelli e Moutinho (2016), a Museologia Social é um conceito que consiste na abertura do museu ao contexto social em que está inserido. O autor aqui cita a necessidade de uma mudança de pensamento por parte dos profissionais dos museus, exigindo uma formação visando a expansão da noção de patrimônio, a redefinição dos objetos museológicos, a ideia de participação comunitária não apenas enquanto público visitante, mas na gestão do museu e a definição das práticas museológicas, o uso de novas tecnologias da informação e da museografia como um meio autônomo de comunicação (FIGURELLI; MOUTINHO, 2016).

Segundo Figurelli e Moutinho (2016, p. 7),

A instituição distante, aristocrática, olimpiana, abecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonómicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica.

A razão de ser da Museologia Social está na relação direta com a sociedade, especificamente com as demandas dos segmentos sociais. Na museologia social não há padrões estruturais, científicos, filosóficos ou artísticos pré estabelecidos, pois, compreende-se que o fazer museal é uma construção resultante de um contexto histórico que não tem e não quer ter um caráter normativo e que apresenta respostas para os problemas também singulares e que, sobretudo, assume compromissos políticos e poéticos (CHAGAS et al. 2018).

Ecomuseus e museus comunitários no Brasil

A origem do Ecomuseu

Em 1970, surgiu a ideia de um museu para o *Creusot/Borgonha*, quando Marcel Évrard (1921-2009), após concluir diversas expedições ao redor do mundo, realizando, principalmente, coletas de objetos de arte primitiva para alimentar museus e galerias na França, retorna à sua propriedade na Borgonha; sua esposa, Michele Évrard (1929-2007), que era originária da região, atravessava uma doença grave, o que fez com que os dois permanecessem naquela localidade. Os vínculos estabelecidos por eles com a comunidade de *Creusot* os levariam a se envolver intensamente com a experiência do Ecomuseu.

Ao assumir a presidência, um dos militantes da cidade, Jo Lyonnet, tendo o propósito de subsidiar os artistas locais, convida Évrard, como a primeira personalidade exterior à municipalidade do *Creusot*, para participar das atividades que antecederiam o futuro Ecomuseu. Vislumbrando as experiências já realizadas no seio da comunidade e, tendo em vista a presença de Évrard no *Creusot*, o prefeito da cidade, Henri Lacagne (1909-1993), propõe a ele, a partir desta estrutura cultural já iniciada, a criação de um museu. Em 1970, tendo já criado o CRACAP - Centro Nacional de Pesquisa de Animação e de Criação para as Artes Plásticas, Évrard precisava ainda de um espaço físico para acolher tal estrutura. Nesse momento, a prefeitura do *Creusot* lhe oferece o *Château de la Verrerie*, antiga residência dos Schneider (tradicional família que comandara na região um “império” industrial até meados do século XX) com a condição de que ele criasse ali um museu para a cidade. A ocupação do antigo castelo, símbolo da indústria no *Creusot*, representava o início da reapropriação do patrimônio local de acordo com uma gramática museal (BRULON, 2015).

Nathalie Heinich (2009, p.151), ao escrever sobre a sociologia dos valores, destaca:

[...] o patrimônio em si mesmo pode ser entendido como uma categoria valorizada, de modo que o simples fato de se categorizar um artefato como patrimonial significa que a ele é atribuído um valor.

A autora ainda fala que podemos perceber o domínio patrimonial como indissociável de uma abordagem axiológica, já que, como ficou evidente no caso do museu do *Creusot*, ele envolve o julgamento de valor pessoal ou coletivo e um conjunto de emoções do grupo que enquadram a seleção do patrimônio.

O projeto passou a chamar a atenção de personalidades que marcariam a história do *Creusot*: Hugues de Varine-Bohan, Georges Henri e Mathilde Bellaigue. Esses foram atraídos pelo trabalho museológico desenvolvido por

Évrard, considerando a inovação da linguagem museal, que unia a abordagem dos “museus de sociedade” a uma abordagem de museus de arte. Essa inovação ocorreu principalmente pelo fato de que, como constataram Évrard e Varine-Bohan nas primeiras discussões sobre o Ecomuseu, localmente, um museu clássico não interessaria às pessoas, ainda que pudesse ser difícil que um museu de tipo indefinido fosse reconhecido pela Direção dos museus da França, como se provou mais tarde (DEBARY, 2017).

A base do museu estaria nas pessoas e o que dava vida ao projeto era a possibilidade de se desfazer da ideia do paternalismo industrial estabelecido ao longo da história e da participação e criação da comunidade urbana do *Creusot* como uma “entidade autônoma”. Ao buscar um caráter interdisciplinar para o empreendimento, Évrard decide que a melhor maneira de o colocar em prática é dando aos habitantes do *Creusot*, vitimados historicamente por um passado de dominação, a chance de tomar parte em suas próprias narrativas, na busca por suas memórias e identidades.

Mathilde Bellaigue, que trabalhou ao lado de Évrard como assistente entre 1976 e 1984, testemunhou os efeitos de uma história de desvalorização da população do *Creusot* por meio do desenvolvimento da indústria. Ela afirma que os habitantes tinham conhecimento da história do *Creusot*, do fato de que ele fez uma parte da Torre Eiffel, da grande estação de Santiago do Chile e do famoso *Marteau-pilon do Creusot*, elementos esses que estão ligados à história da grande indústria local, porém, o desenvolvimento de sua própria história, eles desconheciam, pensavam não ter importância (BRULON, 2015).

Varine-Bohan é natural da região da Borgonha e mostrou interesse pelo desafio que se apresentava; ele decide se associar ao projeto, passando a participar de reuniões com Évrard e Lyonnet, no *Creusot*, além de realizar entrevistas com outras lideranças locais. Nessa ocasião, o problema da institucionalização do Ecomuseu já se apresentava, uma vez que, na França, ela não poderia existir sem a tutela de um ministério.

Buscando legitimar a nova ideia ainda indefinida de museu, Varine-Bohan estabelece uma discussão sistemática sobre o termo em âmbito nacional

entre os especialistas e os profissionais de museus, criando espaços para debates. Como diretor do ICOM, antes ocupado por *Rivière*, é ele quem o mantém em constante contato com o projeto do Ecomuseu e com a nova forma de se fazer museologia que se pretendia colocar em prática. O Ecomuseu é criado na forma de uma associação, por meio de um estatuto a ela referente, diferenciando-se dos museus reconhecidos pelos poderes públicos e por seu caráter não permanente, já que as associações podem ser desfeitas quando deixam de cumprir a sua função original. Ela foi pensada como uma instituição de caráter convidativo às coletividades locais e vizinhas, abrindo as diversas vias possíveis para a participação almejada pelos idealizadores do projeto do Ecomuseu. Com essa nova ideia, estava não apenas a esperança de reavivamento do patrimônio local do *Creusot* por seus habitantes, mas um novo olhar revolucionário na museologia francesa e mundial.

Chagas (2018) destaca que, com ideias que contrastavam na teoria e na prática com os museus clássicos, a proposta do ecomuseu permitia a construção de uma via alternativa e Hugues de Varine-Bohan passa a buscar uma sistematização teórico-experimental para essa nova experiência museológica. Varine-Bohan (2012), estabelece um quadro esquemático:

Figura 1 - Sistematização teórico-experimental, segundo Hugues de Verine-Bohan



Fonte: Balthazar (2021, p. 34).

Estamos aqui, diante de um novo paradigma; um marco histórico entre a museologia tradicional para um novo pensar museal, para uma nova

museologia baseada no reconhecimento da função social do museu, reconhecendo as relações entre território, sociedade e museu.

Os ecomuseus e os museus comunitários no Brasil

Marco histórico das transformações ocorridas no universo museológico brasileiro e internacional e as últimas décadas do século XIX representam, de certa forma, o desenvolvimento da Museologia. Pós década de 1970, acompanhamos a disseminação das inovações teóricas e metodológicas propostas pela Nova Museologia, influenciando diversas tipologias de museus e organizações não-museais como as associações culturais, as organizações não-governamentais, entre outras.

Dialogando com a nova museologia, surgiram iniciativas museológicas e, como reflexo desse diálogo, experimentações foram desenvolvidas por adeptos ao movimento. Entre as décadas de 1950 e 1990, algumas experiências foram realizadas no Brasil e, ao final do século XX e início do século XXI, observou-se o aumento do número de museus que se denominam com as novas tipologias, intitulando-se ecomuseus ou museus comunitários.

No Brasil há uma crescente reivindicação da constituição de museus próprios por parte de diferentes grupos étnicos e de movimentos sociais; eles veem a criação de instituições museológicas como um direito à memória que possibilita a afirmação de sua identidade, fortalecendo a ideia de pertencimento a uma determinada coletividade.

Acompanhamos então, o crescimento dos museus comunitários, dos museus populares, dos museus étnicos, dos ecomuseus e dos museus temáticos em oposição aos museus nacionais no Brasil, mas também em várias partes do mundo.

Santos (2017), destaca que as novas experiências museológicas surgem diariamente e que se identificam com os pressupostos da Nova Museologia e da Museologia Social utilizando os termos “ecomuseu” e “museu comunitá-

rio” em suas denominações, demonstrando propostas museológicas diferenciadas, apropriando-se de novas tecnologias de comunicação, permitindo a abrangência de atuação para ambientes virtuais, facilitando não apenas uma maior interação intracomunidade, mas, também, a sua localização por pesquisadores/as e demais pessoas interessadas. A autora ainda cita que a utilização do termo “ecomuseu” no Brasil, assim como na França, “viralizou” ocorrendo, em muitos casos, um distanciamento das ideias e dos paradigmas inicialmente propostos para essa tipologia de museus. Com o termo “museu comunitário”, a autora demonstra a mesma preocupação, verificando uma diversificada compreensão do conceito “comunidade” (SANTOS, 2017, p. 192).

Importante citar que, diante do cenário apresentado, houve a preocupação dos profissionais da museologia em organizar o segmento, buscando por meio de ações concretas e de políticas públicas, um acompanhamento e aperfeiçoamento dos trabalhos museais.

Com a implementação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), em 2006, que reuniu profissionais com o objetivo de mapear e cadastrar os museus do Brasil, foi possível a construção de uma cartografia museológica brasileira, organizando as informações do setor, visando recolher sistematicamente informações sobre museus do Brasil e compartilhá-los com a sociedade.

Outro marco histórico expressivo para o Brasil foi a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), colaborando com a implementação no país de uma política museológica que efetivamente democratiza o acesso aos museus, garantindo a todo cidadão o direito à memória e à usufruir do patrimônio cultural, artístico e social da nação.

Em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus, que é vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), lançou o Guia dos Museus Brasileiros (GMB). O GMB é o resultado do trabalho realizado através do CNM e apresenta aproximadamente 3.200 museus brasileiros mapeados, embora nem todos estejam cadastrados.

Dentro dessa perspectiva, Santos (2017) realizou um estudo levantando dados referente ao número de ecomuseus e museus comunitários no Brasil. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2015 e 2017 e foi possível identificar 196 ecomuseus e museus comunitários.

Figura 2 - Ecomuseus e museus comunitários no Brasil por região:



Fonte: Balthazar (2021, p. 48).

Nos estudos realizados por Santos (2017), observa-se que principalmente a partir de 2008, no Brasil, começaram a surgir iniciativas museológicas que se denominavam ecomuseus ou museus comunitários de forma expressiva. O estado do Ceará é o que apresenta o maior número de iniciativa museológica no período da pesquisa, contabilizando 38 ecomuseus e museus comunitários, seguido pelo estado do Rio de Janeiro, com 29 e São Paulo com 18; em Santa Catarina, conforme o levantamento realizado no período, temos 08 iniciativas museológicas que se denominam ecomuseus ou museus comunitários. Importante destacar que o Ecomuseu Serra do Rio do Rastro foi instituído no ano de 2013 e não em 2016, como destacado na pesquisa realizada pela autora.

Se considerarmos os dados por região, podemos observar que a região nordeste é a que apresentou o maior número de iniciativas museológicas que se denominam ecomuseus e museus comunitários, seguida pela região sudeste. A região sul é a terceira região com maior número de ecomuseus e museus comunitários e as regiões norte e centro-oeste, apresentam o menor número das iniciativas museológicas estudadas.

Considerações finais

Para compreender a complexidade da construção dos sistemas humanos, buscou-se, incessantemente, através do diálogo dos diversos saberes, uma reflexão profunda sobre a relação entre os sistemas naturais e as sociedades.

Atualmente, o discurso da sustentabilidade é comum e, teoricamente, complexo no mundo político e no mundo das ciências, o que o reprime inúmeras vezes as discussões e/ou as ideias que são fundamentais; dessa forma, são incertos os caminhos que antecedem a sustentabilidade.

Buscou-se, através da ecologia e da racionalidade ambiental, compreender as contribuições dos ecomuseus e dos museus comunitários no Brasil para uma (re)apropriação do espaço pautada no respeito ao meio ambiente, reconhecendo os patrimônios culturais, materiais e imateriais como importantes meios para uma relação de fato sustentável entre o homem e a natureza.

O ecomuseu é espaço de convívio social e fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o empoderamento comunitário, partindo da premissa de que, ao participar das decisões por meio de uma governança participativa e vivenciar o ecomuseu, a comunidade empodera-se pois (re)aviva as suas memórias afetivas e a sua identidade com o local.

Importante também citar que as possibilidades de pesquisa e de conservação são um meio de ação, transformação e não um fim em si mesmo. Sabe-se que não há um modelo nem uma regra. Os ecomuseus são todos únicos, diferentes entre si, não apenas pela natureza de seu patrimônio cultural,

natural e de sua comunidade, mas pela história particular de seu processo evolutivo, suas mudanças cotidianas como, por exemplo, o acolhimento de novos moradores, resultado do crescimento urbano, porém, a sua essência comunitária permanece (PRIOSTI; MATTOS, 2007; VARINE-BOHAN, 2012).

Referências

BALTHAZAR, J. W. S. **Conexões e (re)apropriação territorial: a contribuição de um Ecomuseu para a governança e a sustentabilidade**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.

BOOKCHIN, M. **Sociobiologia ou Ecologia social?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm. Acesso: 15 jun. 2022.

BRULON, B. A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **SCIELO**, [s.l.], v. 21, n. 2, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw-5dZVV6fLBxQ/> Acesso em: 15 jun. 2022.

- CAPRA, F. A. **Teia da Vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1998.
- CHAGAS, M. *et al.* A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, [s.l.], v. 55, n. 11, p. 73 – 102, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/2amuseologiaea-construcao.pdf>. Acesso em : 15 jun. 2022.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DEBARY, O. **Antropologia dos restos**: da lixeira ao museu. 1. ed. Pelotas: Um2, 2017.
- DELAMBRE, D. **Rio+20+Paralelos** = Sustentabilidade, Casa da Transdisciplinaridade no Século XXI. Coimbra, 12 set. 2013. Disponível em: <https://golparaoplaneta.wordpress.com/2012/07/12/rio20paralelos-sustentabilidade-casa-da-transdisciplinaridade-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- FIGURELLI, G.; MOUTINHO, M. **Os Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012**: da nova museologia à sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, [s.l.], n. 7, p. 19-29, 2016. Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/7712/1/5490-1-17594-1-10-20160626.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- HAECKEL, E. **Anthropogenie**. Oder, Entwicklungsgeschichte des menschen. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1891.
- HEINICH, N. **La fabrique du patrimoine**: De la cathédrale à la petite cuillère. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme. 2009.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2008.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEFF, E. Produtividade ecotecnológica: uma base conceitual para a gestão integrada dos recursos naturais. **Social Science Information**, London, v. 25, n. 3, p. 681 – 702, 1986. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/053901886025003005?journalCode=ssic>. Acesso em; 15 jun. 2022.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

PRIOSTI, O. M.; MATTOS, Y. Caminhos e percursos da museologia comunitária. **Cadernos de Museologia**, [s.l.], n. 28, p. 71 – 92, 2007. Disponível em: [https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/4428/1/CAMINHOS%20E%20PERCURSOS%20DA%20MUSEOLOGIA%20COMUNIT%*c3*%81RIA.pdf](https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/4428/1/CAMINHOS%20E%20PERCURSOS%20DA%20MUSEOLOGIA%20COMUNIT%c3%81RIA.pdf). Acesso em: 15 jun. 2021.

SANTOS, S. S. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**: estudo exploratório de possibilidades. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/pt-br.php> 2017. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, A. L. **Da ecologia social à educação ambiental**: As contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/revisaoeditora/Downloads/SILVA,%20Andr%C3%A9%20Lemes%20da.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

VARINE-BOHAN, H. **Patrimônio e Educação Popular**. Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 31, p. 287-296, 2012.